

## **Introdução**

O balanço patrimonial é uma das principais demonstrações contábeis utilizadas para mensurar a saúde financeira de uma empresa, sendo essencial para a tomada de decisões estratégicas. Ele fornece uma visão clara e detalhada dos ativos, passivos e patrimônio líquido de uma organização, permitindo a avaliação da sua capacidade de honrar compromissos financeiros e gerar valor no longo prazo.

O presente artigo tem como escopo e delimitação a análise do uso do balanço patrimonial como ferramenta crucial na tomada de decisões empresariais. O foco será na forma como os dados financeiros apresentados no balanço, como ativos, passivos e patrimônio líquido, influenciam as estratégias de gestão e investimento dentro das empresas. O estudo destaca como a interpretação correta desses dados pode otimizar a alocação de recursos, melhorar a eficiência operacional, e antecipar riscos financeiros, mas também explora as limitações e desafios enfrentados pelos gestores ao lidar com essas informações.

Com o intuito de fundamentar de maneira robusta o alcance do objetivo geral delineado, torna-se crucial estabelecer objetivos específicos complementares que proporcionem suporte à abordagem da discussão supracitada. Desta forma, os seguintes objetivos específicos serão delineados: Primeiramente, entender o que é o balanço patrimonial. Em segundo lugar, realizar uma análise dos índices de liquidez na gestão empresarial. Ademais, será analisado a importância do balanço patrimonial para a tomada de decisões empresariais. A consecução desses objetivos específicos permitirá uma abordagem mais abrangente e esclarecedora sobre o tema proposto.

Para alcançar os objetivos gerais e específicos, bem como dar subsídio ao problema de pesquisa abordado, optou-se pela utilização do método dedutivo, a opção por esta metodologia neste estudo implica em uma abordagem de pesquisa que se inicia com premissas gerais relacionadas balanço patrimonial. Essas premissas são derivadas da literatura acadêmica e doutrina especializada. Em seguida, por meio da coleta de dados provenientes de diversas fontes, como livros, notícias, artigos da área, sites oficiais, busca-se verificar a validade dessas premissas, analisando os índices de liquidez na gestão empresarial. A análise sistemática desses tópicos levará à questão central da pesquisa: a importância do balanço patrimonial para a tomada de decisões empresariais.

Com o intuito de proporcionar uma estrutura clara e facilitar a compreensão do leitor,

o presente trabalho foi estrategicamente dividido em cinco capítulos principais. A introdução, o segundo capítulo se concentra na abordagem da definição e componentes do balanço patrimonial. No terceiro capítulo, serão examinados os índices de liquidez na gestão empresarial. O quarto capítulo, por sua vez, se dedica ao estudo da importância do balanço patrimonial para a tomada de decisões empresariais. Por fim, o quinto capítulo, concluirá a pesquisa elaborada. Essa estruturação visa fornecer uma abordagem sistemática e coerente à pesquisa, permitindo ao leitor uma compreensão aprofundada dos tópicos abordados.

## **1 Definição e Componentes do Balanço Patrimonial**

O balanço patrimonial é uma demonstração contábil que lista os recursos de uma empresa (ativos), suas obrigações (passivos) e o valor residual (patrimônio líquido), que é a diferença entre os ativos e os passivos. Os ativos incluem tudo o que a empresa possui e que tem a geração de valor em sua essência, como caixa, duplicatas a receber, estoques, imóveis e equipamentos.

Já, os passivos, demonstram a manutenção e obrigações de pagamentos da empresa como dívidas, obrigações financeiras futuras da empresa, empréstimos, fornecedores a pagar e impostos devidos. O patrimônio líquido representa a diferença entre os bens (ativos) e obrigações (passivos), ou seja, o valor que restaria aos proprietários se todos os ativos fossem vendidos para quitar todas as dívidas.

Balanço patrimonial é constituído por ativo que apresenta os bens e direitos e, passivo que são as obrigações em determinada data e patrimônio líquido que é a diferença entre ativo e passivo e sua finalidade é demonstrar a situação quantitativa e qualitativa da empresa no final de um determinado período”. (Montibellera 2012, p. 16).

O ativo circulante, uma categoria essencial no balanço patrimonial, são os bens e direitos que uma empresa espera converter em dinheiro ou consumir no curso normal de suas operações dentro de um ano, ou durante o ciclo operacional, depende de qual for o mais próximo de um ano. Esses ativos são vitais para a liquidez da empresa, já que representam os recursos disponíveis a curto prazo para financiar operações e cumprir obrigações imediatas.

Investimentos financeiros de curto prazo, como títulos negociáveis e investimentos planejados para a venda, também compõem o ativo circulante, uma vez que são investimentos temporários que a empresa pretende converter em dinheiro em breve.

Outro componente importante do ativo circulante são as contas a receber, que representam os valores a serem recebidos pelos seus clientes por vendas realizadas. As

provisões para devedores duvidosos, uma conta para clientes inadimplentes, também entram nesta conta, para ajustar o valor real a ser recebido pela empresa, já que a chance de ser pego é quase nula. Os estoques, que incluem matérias-primas, produtos em processo de fabricação e mercadorias prontas para venda, também são classificados como ativos circulantes.

Uma característica do Balanço patrimonial é o regime de competência, no qual o fato gerador de um evento define sua data, diferente do regime de caixa, que define a data com a entrada e saída de recursos. Devido ao regime aplicado, existem as despesas antecipadas, como seguros ou aluguéis pagos antes do período correspondente, que devem ser provisionadas conforme a efetivação do contrato realizado e são contabilizadas como ativos até que o benefício seja consumido. Outros ativos circulantes podem incluir créditos de curto prazo, como impostos a recuperar, adiantamentos ou compensações.

Manter um equilíbrio entre os ativos circulantes e as obrigações de curto prazo (passivo circulante) é fundamental para garantir que a empresa tenha liquidez suficiente para operar de maneira sustentável, evitando problemas como a incapacidade de pagar fornecedores, funcionários ou outras despesas imediatas. Por outro lado, um excesso de ativos circulantes, como estoques ou contas a receber, pode indicar que a empresa está gerenciando mal seu capital de giro, mantendo recursos presos que poderiam ser utilizados de maneira mais produtiva. Gerando riscos a continuidade operacional da empresa, já que apropria de maneira ineficiente seus recursos.

4.3 Ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.

4.4 Recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos.

4.5 Esta seção discute três aspectos dessas definições:

(a) direito (ver itens de 4.6 a 4.13);

(b) potencial de produzir benefícios econômicos (ver itens de 4.14 a 4.18); e

(c) controle (ver itens de 4.19 a 4.25).

(CPC 00(R2). p. 19).

Por outro lado, ativo não circulante é uma categoria do balanço patrimonial que engloba os bens, direitos e outros ativos que a empresa não espera converter em dinheiro dentro de um ano ou durante o ciclo operacional normal. Esses ativos tem uma projeção de longa duração, representam investimentos de longo prazo, fundamentais para a sustentação e crescimento da empresa ao longo do tempo.

Nessa classificação, encontram-se os ativos imobilizados, que são bens físicos como terrenos, edifícios, máquinas e equipamentos, utilizados pela empresa em suas operações, sendo

ela operacional ou não. Esses ativos são essenciais para a produção de bens e serviços e têm uma vida útil acima de um ano e normalmente com um valor maior que R\$ 700,00 (setecentos reais). Com o passar do tempo, eles sofrem depreciação, que é o reconhecimento contábil da perda de valor desses bens devido ao desgaste natural e à obsolescência.

Outro componente importante do ativo não circulante são os ativos intangíveis, que incluem direitos que não têm existência física, mas possuem valor econômico, como marcas, patentes, direitos autorais e fundo de comércio. Esses ativos podem gerar benefícios econômicos futuros e podem significar um diferencial mercadológico, especialmente em setores onde a propriedade intelectual é uma vantagem estratégica.

Além disso, os investimentos de longo prazo, como participações societárias em outras empresas, também fazem parte do ativo não circulante. Esses investimentos não são feitos com a intenção de venda rápida, mas sim com o objetivo de obter influência ou controle sobre outra empresa, ou ainda de auferir rendimentos ao longo do tempo.

Os ativos diferidos de longo prazo também são classificados como ativos não circulantes. Eles são definidos como gastos que serão reconhecidos como despesas ao longo de vários anos, despesas antecipadas, grandes obras de infraestrutura, desenvolvimento de produtos, ou a compra de licenças que são amortizadas ao longo de sua vida útil.

A gestão eficaz dos ativos não circulantes é crucial para a estratégia de longo prazo da empresa. Investimentos em imobilizados e intangíveis são decisões que podem impactar significativamente a capacidade da empresa de gerar receitas futuras e manter sua posição no mercado. A relação entre os ativos circulantes e não circulantes pode indicar a estrutura de capital da empresa e seu perfil. Um balanço patrimonial com uma proporção alta de ativos não circulantes pode sugerir uma estratégia de crescimento focada em investimentos de longo prazo, sendo mais conservadora, mas também pode implicar em menor liquidez imediata. Caso haja pouco valor agregado no ativo não circulante, gera um acúmulo de recursos no curto prazo, visando o ganho imediato.

Em resumo, definir a composição do ativo circulante e não circulante é uma parte essencial do balanço patrimonial. Gerir os recursos curtos como dinheiro em caixa para uma capacidade operacional maior, gerando um ciclo de estoque maior ou realizando investimentos e recursos de longo prazo que sustentam a capacidade da empresa de operar e crescer ao longo do tempo. O equilíbrio e a gestão do balanço são fundamentais para garantir uma proporção vai além de números e contas

Já, o passivo circulante representa no balanço patrimonial as obrigações financeiras e

dívidas que uma empresa precisa quitar dentro de um ano. Essas obrigações representam os compromissos de curto prazo que a empresa em seu curso normal troca com seus recursos imediatos, o ativo circulante. A gestão eficiente do passivo circulante é essencial para a saúde financeira da empresa, sendo classificada pela importância de pagamento, do mais importante ao menos importante. Residem no passivo os pagamentos a fornecedores, empresa e financiamentos realizados a curto prazo, pagamento de funcionários, encargos sociais e tributos a serem pagos.

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo compõem uma grande característica no índice de saúde financeira, já que normalmente são valores proporcionais à empresa.

Também fazem parte do passivo os pagamentos aos funcionários e de encargos sociais. Elas incluem salários, férias, 13º salário, INSS e FGTS que pertencem aos empregados. Esses passivos precisam ser pagos em conformidade com as leis trabalhistas e dentro dos prazos estabelecidos, já que vão além de problemas como pagamentos de multas, afetam diretamente a força de trabalho motivada.

Outro aspecto são as obrigações com os tributos sobre a operação direta com a empresa, como vendas, contribuições previdenciárias (INSS Patronal) e outras obrigações fiscais, dependendo do seu regime tributário, que a empresa deve liquidar no curto prazo. A administração dessas obrigações fiscais é fundamental para evitar multas, juros e problemas com as autoridades fiscais.

4.26 Passivo é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

4.27 Para que exista passivo, três critérios devem ser satisfeitos:

(a) a entidade tem uma obrigação (ver de 4.28 a 4.35);

(b) a obrigação é de transferir um recurso econômico (ver itens de 4.36 a 4.41);

(c) a obrigação é uma obrigação presente que existe como resultado de eventos passados (ver itens de 4.42 a 4.47).

(CPC 00(R2). p, 22).

O passivo não circulante é a classificação que abrange todas as obrigações financeiras e dívidas que uma empresa precisa saldar em um prazo superior a um ano. Essas dívidas de longo prazo representam obrigações futuras, e que geralmente envolvem condições financeira mais complexas de pagamento e financiamento pelo seu alto valor.

Dentro do passivo não circulante, estão os empréstimos e financiamentos de longo prazo. Esses incluem dívidas de instituições financeiras ou de sócios, como empréstimos bancários, debêntures e outros títulos de dívida. Esses financiamentos são frequentemente utilizados para financiar expansões, como a aquisição de ativos imobilizados, aumentar o giro

operacional ou o desenvolvimento de novos projetos. Manter o controle das dívidas é crucial para garantir que a empresa possa cumprir suas obrigações financeiras sem comprometer sua capacidade operacional.

Outro importante componente do passivo não circulante são as provisões de longo prazo. Estas são reservas feitas para cobrir despesas futuras que tem quase 100% de chance de serem efetivadas pelos próximos anos, mas ainda não se concretizaram ou porque a data de pagamento ainda não é conhecida com precisão e o valor não é exato. Provisões para processos judiciais, indenizações trabalhistas de longo prazo, e outras obrigações contingentes que podem surgir no futuro são exemplos do PNC. Essas provisões são importantes porque permitem que a empresa esteja preparada para enfrentar possíveis desembolsos significativos sem causar um impacto negativo imediato nas finanças.

A administração do passivo não circulante exige uma visão estratégica de longo prazo, pois o excesso de endividamento de longo prazo pode aumentar o risco de não suportar pagamentos, dificultando a obtenção de novos financiamentos ou elevando os custos de capital. Por outro lado, uma gestão prudente do passivo não circulante pode permitir à empresa financiar seu crescimento e expansão de forma consciente, equilibrando o uso de recursos de longo prazo aumentando sua capacidade de gerar receitas no futuro

Portanto, o passivo não circulante e o circulante são definidas de forma simplória pelo prazo a serem pagas. O PNC, composto por dívidas e obrigações de longo prazo que a empresa precisa honrar além de um ano. De extrema importância uma gestão eficaz é essencial para a estabilidade financeira e o crescimento sustentável da empresa, pois afeta diretamente a estrutura de capital, o planejamento financeiro e a capacidade de investimento. Diferente do PC, que requer uma gestão do passivo circulante fundamental para a saúde financeira de curto prazo da empresa, pois envolve o planejamento e o controle de dívidas que impactam na saúde financeira.

Por fim, patrimônio líquido é a última classificação no balanço patrimonial, representando a diferença entre os ativos totais de uma empresa e seus passivos totais. Ela em si, reflete o valor residual dos ativos após a dedução de todas as obrigações, ou seja, é o valor que teoricamente seria distribuído ou a pagar aos acionistas se todos os ativos fossem vendidos e todas as dívidas pagas. Esse conceito é central para entender a saúde financeira de uma empresa, pois indica a riqueza líquida que a empresa acumulou ao longo do tempo.

O patrimônio líquido é composto por várias subcategorias que refletem diferentes fontes de capital e como esse capital foi utilizado ao longo do tempo. A primeira e a que existe

desde o início da empresa é o capital social, que representa as contribuições feitas pelos acionistas ou sócios no momento da criação da empresa ou em aumentos de capital ao longo da vida útil da empresa. Esse capital é fundamental para o início da empresa, fornecendo os recursos necessários para os primeiros investimentos em ativos.

Além do capital social, o patrimônio líquido inclui as reservas de capital - não são em todos os tipos de empresa em que existem, depende muito do porte e o regime tributário. São valores recebidos pelos acionistas que não foram registrados como capital social. Essas reservas podem ser oriundas de ágio na emissão de ações, doações ou subvenções para investimento, e são usadas para reforçar a base de capital da empresa sem alterar o valor nominal das ações.

Outra componente do patrimônio líquido são as reservas de lucro, que consistem em lucros acumulados ao longo dos anos que foram retidos pela empresa em vez de distribuídos aos acionistas como dividendos. Essas reservas podem ser destinadas a diversos fins, como reforçar o capital de giro, financiar projetos de expansão, ou simplesmente manter uma reserva para situações de crise. A retenção de lucros é uma estratégia importante para empresas que desejam crescer de forma orgânica, utilizando seus próprios recursos gerados internamente.

O patrimônio líquido também inclui os lucros ou prejuízos acumulados, uma conta que representa o resultado acumulado das operações da empresa que ainda não foi para nenhuma conta. Se a empresa acumular lucros, essa aumenta o patrimônio líquido. No entanto, se a empresa tiver prejuízos, o patrimônio líquido é reduzido como uma conta redutora. Essa componente é um indicador direto do desempenho operacional da empresa ao longo do tempo.

Outra parte do patrimônio líquido é o ajuste de avaliação patrimonial, também não são todas as empresas que tem esse tipo de conta, já que normalmente é utilizada para ajustes contábeis, ela reflete as variações no valor justo dos ativos e passivos que são registradas diretamente no patrimônio líquido, sem passar pelo resultado do exercício. Esses ajustes podem ocorrer, por exemplo, em reavaliações de ativos, como imóveis, ou na marcação a mercado de instrumentos financeiros.

O capital social a integralizar também pode ser encontrado no patrimônio líquido, ela significa a promessa de contribuições futuras ao capital da empresa pelos sócios. Embora esse valor ainda não tenha sido recebido pela empresa, ele já está comprometido e, quando integralizado, aumenta o capital social efetivo da empresa.

A gestão do patrimônio líquido é essencial para a estratégia de longo prazo de uma empresa. Um patrimônio líquido positivo e crescente indica que a empresa está gerando valor para seus acionistas e gerando lucro. Por outro lado, um patrimônio líquido negativo pode ser

um sinal de problemas financeiros graves, indicando que a empresa pode ter problemas de precificação, ou um desequilíbrio entre ativo e passivo circulante. Futuramente, isso pode comprometer a capacidade da empresa de continuar operando, caso não haja mudanças.

Em resumo, o patrimônio líquido é o reflexo do valor residual da empresa após a dedução de todas as suas obrigações, composto por diferentes elementos que representam a contribuição dos acionistas, a acumulação de lucros, e ajustes decorrentes da reavaliação de ativos e passivos. Manter controle sobre é essencial para assegurar a estabilidade financeira e o crescimento sustentável da empresa, sendo um indicador chave da sua saúde financeira e capacidade de gerar valor ao longo do tempo.

4.63 Patrimônio líquido é a participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos. (CPC 00(R2). p, 22).

## **2 Índices de Liquidez na Gestão Empresarial**

Os índices de liquidez são ferramentas essenciais para a tomadas decisões, oferecendo uma visão detalhada da capacidade de uma empresa para cumprir suas obrigações de curto prazo utilizando seus ativos circulante. A avaliação a curto prazo é fundamental para entender a saúde financeira da organização e garantir que ela tenha recursos suficientes para enfrentar suas dívidas imediatas sem comprometer suas operações. Os principais índices de liquidez são: Índice de Liquidez Corrente, o Índice de Liquidez Seca e o Índice de Liquidez Imediata fornecem uma medida da eficácia da empresa em converter seus ativos em caixa, cada um com suas características. O Índice de Liquidez Corrente avalia a capacidade da empresa de pagar suas obrigações de curto prazo com seus ativos circulantes, o mais genérico. Enquanto o Índice de Liquidez Seca ajusta essa visão excluindo estoques, tornando o índice mais restrito. Já o Índice de Liquidez Imediata foca apenas nos ativos que podem ser convertidos imediatamente em caixa, oferecendo uma visão mais restrita, mas crítica da liquidez imediata. A análise desses índices permite aos gestores identificar potenciais riscos e tomar decisões informadas sobre a gestão de recursos e planejamento empresarial. Além disso, investidores e credores visando saber qual o risco financeiro da empresa, influenciando suas decisões de investimento.

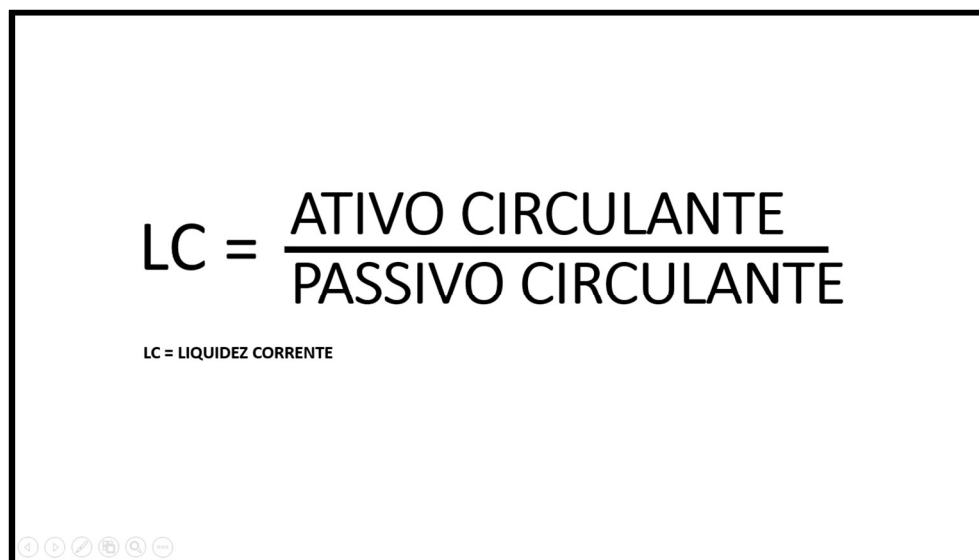
O Índice de Liquidez Corrente é o mais amplamente utilizado e mede a capacidade da empresa de pagar suas obrigações de curto prazo utilizando seus ativos circulantes. Sua fórmula é baseada dividindo o total de ativos circulantes pelo total de passivos circulantes do balanço patrimonial.



Já o índice de Liquidez Corrente é utilizado para verificar a aptidão da empresa para conseguir proceder com a liquidação de dívidas de curto prazo, em que o valor ativo circulante é dividido pelo passivo circulante (Marion, 2012). Com isso segundo utiliza-se a fórmula abaixo para encontrar os valores. (Silva, 2009). (citado por Marzzoni, 2020. p. 35926).

Este índice indica quantos reais a empresa possui em ativos circulantes para cada real de passivo circulante. Um índice de 1,0 significa que a empresa tem R\$ 1,00 (Um real) em ativos circulantes para cada R\$ 1,00 (Real) de passivo circulante, nesse cenário, a liquidez está no limite, não existe valor sobrando no ativo. No entanto, um índice muito alto como 3,0 pode indicar que a empresa está mantendo capital parado de forma desnecessária, que poderia ser melhor empregado em investimentos.

Figura 1: Liquidez Corrente



O diagrama apresenta a fórmula da Liquidez Corrente (LC) dentro de um retângulo com uma borda preta. A fórmula é  $LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$ . Abaixo da fórmula, há o texto "LC = LIQUIDEZ CORRENTE". Na base esquerda do retângulo, há uma barra de ferramentas com ícones de zoom e navegação.

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

LC = LIQUIDEZ CORRENTE

Fonte: De autoria própria

O Índice de Liquidez Seca, por sua vez, é uma variação mais consciente do Índice de Liquidez Corrente. Estoques são considerados menos líquidos, pois podem demorar mais tempo para serem convertidos em caixa. Esse índice oferece uma visão mais rigorosa da liquidez, indicando a capacidade da empresa de cumprir suas obrigações de curto prazo sem depender da venda de estoques. Um índice de liquidez seca inferior a 1,0 pode sugerir que a empresa poderia enfrentar dificuldades para pagar suas dívidas se não conseguir vender seus estoques rapidamente, o que aumenta o risco de insolvência. Já um índice a 3,0 similar ao índice anterior, demonstra um capital ocioso dentro das disponibilidades da empresa, perdendo oportunidades

de investir em áreas menos valorizadas.

Figura 2: Índice Liquidez Seca

$$ILS = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} - \text{ESTOQUES}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

ILC = ÍNDICE LIQUIDEZ SECA

Fonte: De autoria própria

Por último, o Índice de Liquidez Imediata é o mais restrito dos índices de liquidez, considerando apenas os ativos que podem ser convertidos imediatamente em caixa, como o próprio caixa e os equivalentes de caixa. Este índice mede a capacidade da empresa de liquidar imediatamente suas obrigações de curto prazo sem precisar vender outros ativos ou receber pagamentos a prazo. Um índice de liquidez imediata muito baixo, próximo de zero, pode indicar um risco elevado de falta de liquidez, especialmente em situações de emergência financeira ou crise econômica. Já um muito alto pode transmitir que seus recursos estão concentrados em dinheiro.

Figura 3: Índice Liquidez Imediata

$$ILI = \frac{\text{CAIXA E EQUIVALENTES}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

ILI = ÍNDICE LIQUIDEZ IMEDIATA

Fonte: De autoria própria

A interpretação dos índices de liquidez deve ser feita com cautela, levando em consideração o contexto específico da empresa e do setor em que ela opera. Por exemplo, empresas em setores com ciclos de caixa mais longos, como o varejo, podem operar com índices de liquidez corrente mais baixos, enquanto empresas em setores com alta rotatividade de caixa, como serviços financeiros, podem exigir índices mais elevados para garantir um ciclo operacional. Os índices devem ser analisados em conjunto com outros indicadores financeiros para obter uma visão completa da saúde financeira da empresa. Por exemplo, um índice de liquidez corrente elevado pode indicar uma posição de caixa confortável, mas, se acompanhado de baixa rentabilidade ou elevado endividamento de longo prazo, pode sugerir que a empresa não está utilizando seus recursos de forma eficiente. Para as instituições financeiras, fazem uso desses índices para análise de crédito, usam para avaliar a capacidade da empresa de pagar empréstimos de curto prazo. Uma empresa com índices de liquidez baixos pode ter dificuldades em obter financiamento em condições favoráveis, sendo vista como um risco maior de inadimplência.

Dado o exposto, os índices de liquidez são ferramentas cruciais na análise financeira, fica nítido que tomar decisões com os índices de liquidez são essenciais para a tomada de decisões, já que afetam diretamente a estabilidade financeira e saúde empresarial. Quando analisados corretamente, esses índices ajudam a identificar tanto as fortalezas quanto as vulnerabilidades da empresa em termos de liquidez.

### **3 A Importância do Balanço Patrimonial para a Tomada de Decisões Empresariais**

O balanço patrimonial é uma das ferramentas mais cruciais para a tomada de decisões em um ambiente corporativo, já que ele oferece uma visão clara e detalhada dos ativos, passivos e patrimônio líquido da empresa em um dado momento. Essa visão é indispensável para que os gestores analisem a organização e identificar possíveis áreas de otimização ou de risco. Ao apresentar os direitos, recebíveis e as obrigações, o balanço patrimonial permite que as decisões sejam tomadas com base em dados concretos, minimizando incertezas e “achismos”. A análise do balanço patrimonial de maneira detalhada serve também para a formulação de estratégias, para que a empresa consiga identificar as áreas com maior potencial de retorno. Além disso, o balanço patrimonial é fundamental para a gestão de riscos, pois revela a capacidade da empresa de honrar suas obrigações de curto e longo prazo. Em momentos de incerteza econômica, essa

informação é vital e pode salvar a empresa em momentos críticos.

Através da Análise das Demonstrações Contábeis, é possível avaliar o desempenho da gestão econômica, financeira e patrimonial da empresa, quanto aos períodos passados, confrontando-o ou não com metas e diretrizes preestabelecidas. É possível ainda realizar comparações com as tendências regionais ou dos segmentos onde a empresa esteja inserida, determinando também as perspectivas futuras de rentabilidade ou continuidade dos negócios, possibilitando aos gestores tomarem decisões de financiamentos e investimentos, bem como implementarem mudanças de práticas, caso as tendências projetadas sinalizem um cenário não condizente com as políticas até então estabelecidas, ou até mesmo subsidiar o estabelecimento de novos rumos.(Silvs, 2012, p.6).

O balanço patrimonial também é importante para avaliar a rentabilidade e a eficiência operacional da empresa. Os gestores podem calcular indicadores de desempenho, como o retorno sobre ativos (ROA) seu cálculo é definido pelo quanto a empresa converte seu ativo circulante e não circulante em resultado operacional, ou seja, seu lucro líquido dividido pelo total de ativos. Esse índice é expressado em termos percentuais e indica quanto lucro é gerado para cada unidade monetária investida em ativos. Por exemplo, um ROA de 5% significa que para cada R\$ 1,00 em ativos, a empresa gera R\$ 0,05 de lucro. Esta fórmula é particularmente útil para comparar empresas dentro da mesma área, já que sua atividade operacional é a mesma.

Figura 4: ROA

$$\text{ROA} = \frac{\text{LUCRO LIQUIDO}}{\text{TOTAL DE ATIVOS}}$$

Fonte: De autoria própria

Diferente do ROA, o ROE, O Retorno sobre o Patrimônio Líquido, também tem grande relevância no cenário da tomada de decisões, já que ele revela a eficácia com que uma empresa está utilizando os recursos dos seus acionistas para gerar lucro. Esse indicador é amplamente utilizado por investidores e analistas financeiros como uma métrica para avaliar a performance de uma empresa e sua capacidade de proporcionar retorno sobre para os acionistas. O cálculo do ROE é feito dividindo-se o lucro líquido pelo patrimônio líquido da empresa, sendo expressado em termos percentuais e indica quanto lucro é gerado para cada unidade monetária de capital próprio investido. Por exemplo, um ROE de 15% significa que, para cada

R\$ 1,00 investido pelos acionistas, a empresa gera R\$ 0,15 de lucro. O ROE é particularmente útil para comparar a rentabilidade entre empresas de um mesmo setor, pois oferece uma visão clara de quão eficazmente cada empresa está utilizando o capital dos acionistas. Empresas com um ROE elevado são vistas como boas oportunidades boas empresas para se investir, pois estão conseguindo gerar retornos significativos sobre o capital investido, o que pode refletir uma gestão eficiente, estratégias de negócios bem-sucedidas e operações lucrativas. Porém, estiver com um baixo valor, ou negativa, pode sinalizar que a empresa está enfrentando desafios em converter o capital dos acionistas em lucro. 7

Figura 5: ROE

$$\text{ROE} = \frac{\text{LUCRO LIQUIDO}}{\text{PATRIMÔNIO LIQUIDO}}$$

Fonte: De autoria própria

Após análises preliminares, conclui-se que, enquanto o ROE mede a eficácia com que a empresa utiliza o capital próprio para gerar lucro, o ROA avalia a capacidade da empresa de converter todos os seus ativos em resultados financeiros positivos. Juntos, podem proporcionar uma análise mais completa sobre a empresa. Um ROE elevado combinado com um ROA sólido indica que a empresa não só está utilizando bem seus ativos para gerar lucro, mas também está proporcionando retornos atraentes sobre o capital investido pelos acionistas. No entanto, se o ROE for significativamente maior que o ROA, isso pode sugerir que a empresa está utilizando um alto grau de alavancagem financeira, o que aumenta os retornos sobre o capital próprio, mas também eleva o risco por ser muito volátil.

Tanto o ROE e o ROA tem suas limitações, por isso faz-se necessário o uso em conjunto, permitindo uma visão mais abrangente e completa da empresa. Dessa forma, a tomada de decisões dentro da empresa pode vir a se tornar um grande divisor de águas, diferenciando-se dentro do mercado em que se está inserido, permitindo uma visão de crescimento e aumentando a confiança de acionistas e stakeholders.

Considerando uma empresa com os mais diversos índices retirados do balanço

patrimonial como, índices de liquidez, ROA e ROE as possibilidades são quase infinitas e podem ser boas ou ruins dependendo da sua atividade empresa e o perfil que a empresa aborda. Considerando uma empresa que apresenta um alto índice de liquidez corrente, um ROA moderado e um ROE elevado. Esses indicadores, quando analisados em conjunto, fornecem uma visão aprofundada da saúde financeira da empresa e de sua estratégia de gestão. Esse nível de liquidez é geralmente um sinal positivo, pois proporciona uma margem de segurança contra imprevistos financeiros. O ROA moderado sugere que a empresa é razoavelmente eficiente na utilização de seus ativos para gerar lucro. Um ROA moderado é indicativo de uma empresa que está gerando retornos adequados sobre seus ativos, mas que pode explorar novas oportunidades para otimizar o uso desses recursos. O ROE elevado revela que a empresa está proporcionando retornos substanciais para os acionistas em relação ao capital próprio investido. Ou seja, a empresa está aproveitando o financiamento por dívida para aumentar a rentabilidade do capital próprio, o que pode ser uma estratégia eficaz para maximizar os lucros. O resultado dessas combinações indica que a empresa é financeiramente sólida e bem gerida. Utilizando de forma consciente seus recursos para obter uma segurança e resultado operacional significativo enquanto mantém uma segurança financeira robusta que a protege contra riscos de curto prazo, já que tem uma liquidez alta.

Concluindo, uma análise conjunta desses métodos resulta em decisões muito mais estratégicas e conscientes. A combinação desses fatores citados, são essenciais para gerar decisões e planejamentos estruturados com uma base sólida, permitindo uma segurança mercadológica e entre os acionistas.

## **Conclusões**

Ao longo deste estudo, emergiram conclusões fundamentais para abordar de forma abrangente o problema de pesquisa apresentado na introdução. Em uma análise preliminar, é notório que o balanço patrimonial é uma ferramenta indispensável na tomada de decisões empresariais, pois fornece uma visão clara e detalhada da saúde financeira de uma empresa. Este achado oferece um ponto de partida valioso para nossa compreensão das estratégias de gestão e alocação de recursos dentro das organizações.

Em decorrência, o balanço patrimonial desempenha um papel de suma importância na definição de estratégias empresariais, uma vez que sua análise detalhada permite aos gestores identificar oportunidades de crescimento e áreas de vulnerabilidade. Nesse contexto, destaca-se a necessidade de uma interpretação criteriosa dos dados financeiros,

uma vez que ao assegurar uma compreensão precisa do balanço, não apenas se otimiza a tomada de decisões, mas também se mitigam riscos potenciais que poderiam comprometer a estabilidade financeira da empresa.

Após essas questões iniciais, nos debruçamos sobre o problema central deste estudo: a importância do balanço patrimonial para a tomada de decisões empresariais. A relevância desse enfoque reside na capacidade do balanço de fornecer uma base sólida para decisões estratégicas, uma vez que oferece uma perspectiva ampla e integrada da situação financeira da empresa. Ao examinar mais detalhadamente essa questão, constatou-se que a utilização eficaz do balanço patrimonial pode conduzir a decisões mais informadas e, conseqüentemente, ao sucesso a longo prazo das organizações.

Em síntese, este estudo destaca a importância do balanço patrimonial como um elemento central na gestão empresarial. Ao direcionar o foco para a tomada de decisões empresariais, esta análise contribui não apenas para a melhoria das práticas de gestão, mas também para a consolidação de uma cultura organizacional orientada para a sustentabilidade e o crescimento contínuo.

## REFERÊNCIAS.

ASSAF N. A. **Estrutura e Análise de Balanços: Um Enfoque Econômico e Financeiro**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ASSAF N. A. **Mercado Financeiro**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ATKINSON, A. A. et al. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000. 812 p.

AZEVEDO, M. C. **Estrutura e Análise das Demonstrações Financeiras**. 3. ed. São Paulo: Alínea, 2013.

CAMPOS, M. F. D; et al. **Análise de Balanço: uma discussão sobre as limitações na interpretação dos índices de liquidez**. NEGÓCIOS EM PROJEÇÃO, v. 9, n. 1, p. 14-27, 2018.

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00(R2)**. Disponível em: <[s3.sa-east-1.amazonaws.com/static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573\\_CPC00\(R2\).pdf](https://s3.sa-east-1.amazonaws.com/static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf)> > Acessado em 16 de agosto de 2024.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 775 p.

GROPPELLI, A. A. et al. **Administração financeira**. 2.ed São Paulo: Ed. Saraiva, 2002. 496 p.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 7. ed São Paulo: Atlas, 2012.

MARZONI, D. N. S. et al. **Análise dos índices de liquidez de uma instituição bancária**. Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 6, n.6, p.35920-35940, 2020.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 7ed. São Paulo, Atlas, 2010.

MONTIBELLERA, B. H. **Análise das Demonstrações Contábeis de Empresa Agroindustrial que Atua nos Seguintes de Compra e Venda de Insumos e Cereais**. 2012. 73 F. TCC (Graduação em Bacharel em Ciências Contábeis). Faculdade Assis Gurgacz, Paraná. 2012.

MORANTE, A. S. **Análise das demonstrações financeiras: aspectos contábeis da demonstração de resultado e do balanço patrimonial**. São Paulo: Atlas, 2009.

PORTAL DO CRC DE SÃO PAULO. **Plano de Contas**. Disponível em: <[http://www.crcsp.org.br/portal\\_novo/publicacoes/escuracao\\_contabil/capitulo\\_7.htm](http://www.crcsp.org.br/portal_novo/publicacoes/escuracao_contabil/capitulo_7.htm)>. Acessado em 16 de agosto de 2024.

SILVA, A. A. d. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. 3.



ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA C. A. T. **Contabilidade geral**. Brasília: CAPES, 2009.

SOARES, P. H. S. et al. **ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UMA PROPOSTA DE REFERÊNCIA DE ÍNDICES DE LIQUIDEZ PARA EMPRESAS BRASILEIRAS**. ConTexto - Contabilidade em Texto, Porto Alegre, 2019.

SOUZA, A. B. **Curso de administração financeira e orçamento: princípios e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2014.